

A Imprensa e o Império na viagem do príncipe D. Luís Filipe a África

Miguel Ribeiro PEDRAS¹

Resumo: Em 1907, associações humanitárias inglesas acusavam os portugueses de praticar escravatura em S. Tomé e Príncipe. Em Portugal, a ditadura de João Franco, a greve académica e as leis contra a imprensa, criavam forte agitação social. O presente artigo analisa a forma como a imprensa portuguesa, de inícios do século XX, noticiou a viagem do príncipe D. Luís Filipe a África num tão intrincado contexto nacional. Esta investigação apresenta uma reconstituição do debate político gerado em torno deste acontecimento, no desejo de que melhor se compreenda a realidade jornalística portuguesa em princípios de novecentos. Pretende-se, igualmente, descortinar qual o lugar do Império português nas páginas dos jornais no ano em que, pela primeira vez, as colónias recebiam uma visita oficial de um membro da Família Real portuguesa.

Palavras-chave: História da imprensa; jornalismo; Império Português; colónias; príncipe D. Luís Filipe.

La Prensa y el Imperio en el viaje del príncipe Don Luís Filipe a África

Resumen: En 1907, organizaciones humanitárias inglesas acusaban a los portugueses de practicar la esclavitud en S. Tomé e Príncipe. En Portugal, la dictadura de João Franco, la huelga académica y las leyes contra la prensa, creaban una fuerte agitación social. Este artículo estudia la forma como la prensa portuguesa, del inicio del siglo XX, ha reportado el viaje del príncipe D. Luís a África, bajo un contexto nacional muy complejo. Esta investigación presenta una reconstitución del debate político generado alrededor de este sucedido, con la esperanza de alcanzar una mejor comprensión de la realidad periodística portuguesa a principios de novecientos. Se pretende también descubrir cual es el lugar del imperio

¹ Investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Doutorando em História Contemporânea na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. (miguelribeiropedras@gmail.com)

portugués en las páginas periodísticas en el año en el cual, por primera vez, las colonias recibían una visita oficial de un miembro de la Família Real portuguesa.

Palabras-Claves: História de la prensa; periodismo; Império Português; colónias; príncipe D. Luís Filipe.

Portugal e a Imprensa em 1907

Debruçado na amurada do paquete *África*, o príncipe herdeiro da coroa portuguesa, D. Luís Filipe via o cais do Arsenal a desaparecer no horizonte, deixando para trás um país agitado. Dois meses antes, com as Cortes encerradas, João Franco iniciara um governo *em ditadura*. Com a crise política prestes a estalar, a imprensa, como não podia deixar de ser, tinha uma palavra a dizer. Naquela manhã, no cais do Arsenal, por entre notas e fotografias, os enviados dos principais jornais de Lisboa perpetuavam aquele momento singular da História do país. Era a primeira vez que as colónias portuguesas recebiam a visita oficial de um membro da Família Real. Contudo, a partida de Luís Filipe, que abandonava Portugal em tempo de crise, surtiu reações diversas no seio da imprensa, motivando uma acesa discussão em torno da pertinência da viagem. Para o ministro da Marinha e Ultramar, Aires de Ornelas, que os jornais apelidavam de «ministro ditador», tratava-se, sem dúvida, de uma «campanha movida contra a viagem na imprensa política» (Ornelas, 1928, p.10).

Esta viagem tinha inicialmente apenas o propósito de permitir ao ministro do Ultramar fiscalizar o sistema de serviços em Luanda e São Tomé, e de perceber se ali a escravatura ainda era praticada. Contudo, juntando-se o príncipe a este périplo, a viagem tomou uma visibilidade bem mais vasta. Além do mais, a visita estender-se-ia, agora, a Moçambique, África do Sul e Cabo Verde com a duração de três meses – de 1 de julho a 28 de setembro – e a sua importância fez com que extravasasse o problema da escravatura.

De resto, seria relativamente conhecida a curiosidade e o interesse que o jovem príncipe de 20 anos nutria pelas colónias. O marquês de Lavradio que, tal como refere nas suas memórias, conversava frequentemente com o jovem Luís Filipe acerca das possessões portuguesas, recorda que este lhe manifestava «sempre o empenho que tinha de as visitar» (Lavradio, 1947, p. 62). Também João Franco deixou relatado um episódio onde, lembrando ao príncipe que em breve seria tempo de uma visita às Cortes e capitais estrangeiras este terá respondido: «Por ora não falemos nisso, João Franco, lá para mais tarde, quando houver precisão ou for oportuno».

tuno. Do que eu gostava, isso sim, era de fazer uma viagem às colónias, ver e conhecer o que é nosso e os lugares onde fizemos tão grandes coisas» (Franco, 2006, p. 175). Tendo em conta estes testemunhos, é bastante provável que tenha sido por este interesse por África, manifestado por D. Luís Filipe, que levou o marquês de Soveral a sugerir a sua presença na viagem. De resto, a convivência do Príncipe Real com o seu aio, Mouzinho de Albuquerque, herói das campanhas militares africanas, tê-lo-á igualmente influenciado.

O ano de 1907 ficaria marcado, não apenas pelo facto de ser a primeira vez que as colónias portuguesas recebiam uma visita oficial de um Bragança mas, também, pelos ataques à liberdade de imprensa que ocorreram na metrópole.

Ainda que sejam acontecimentos distintos, as leis repressoras contra a imprensa e a governação, em ditadura, de João Franco acabaram, inevitavelmente, por moldar a forma como a viagem de D. Luís Filipe seria retratada nos periódicos nacionais.

Logo em 1906, ano em que João Franco se tornava Presidente do Conselho de Ministros, mais um diário republicano era fundado: *A Lucta*. Este jornal, dirigido por Brito Camacho, evidenciava-se pela colaboração de alguns notáveis do Partido Republicano, dos quais se salientam dois futuros presidentes da República Portuguesa - António José de Almeida e Teófilo Braga - e também, Ana de Castro Osório (Lemos, 2006, p.423). Esta última colaboração é de resto um exemplo interessante do início da participação das mulheres num meio, que pode dizer-se ser, unicamente masculino.

Ainda em 1906 e especialmente em 1907, os partidos monárquicos Progressista e Regenerador, em consonância com o partido dissidente (Dissidência Progressista) de José Maria de Alpoim, iniciam nos seus jornais um discurso mais agressivo. Ambos postos à margem da governação do país e privados da discussão parlamentar devido ao fecho das Cortes, atacavam, através da palavra impressa, o Governo de Franco e o rei, “cúmplice” da ditadura.

João Franco, apesar dos ataques que lhe eram feitos, tentou tirar o máximo proveito da imprensa. Fosse no seu *Diário Ilustrado*, que se apresentava como «o órgão da boa sociedade», captando o apoio da elite portuguesa, fosse através de entrevistas a jornais apoiantes do regime. Todavia, as campanhas de charme pareciam não ser suficientes para cativar a oposição. O Presidente do Conselho de Ministros viu-se na obrigatoriedade de usar os meios que lhe restavam. Pois, se os jornais podiam funcionar como arma política, assim também

o era com a legislação, usada para diminuir a liberdade dos periódicos e silenciar os ataques. Foi numa tentativa de abafar as constantes críticas que lhe vinham sendo feitas que Franco fez aprovar a 11 de abril de 1907 a «Lei da imprensa». Esta lei mostrava-se estranguladora, dificultando o aparecimento de novos periódicos, aprovando o alargamento da censura prévia e facilitando a apreensão, suspensão e proibição dos jornais (Tengarrinha, 1989, p.255). No mês seguinte, começaram a funcionar os *gabinetes negros* que zelavam pelo seu cumprimento, dando azo a contestações e ao encerramento de periódicos monárquicos e republicanos, inimigos do Governo (Tengarrinha, 1989, p.257). Embora tivesse desferido um duro golpe na imprensa, em breve Franco compreenderia que era impossível travar os jornais e com eles as duras críticas que inundavam as suas páginas. Com a ditadura implantada e a governar por decretos-lei, o Presidente do Conselho agravaria a situação da imprensa. A 20 de junho João Franco decretava a proibição da «circulação, exposição ou qualquer outra forma de publicidade dos escritos, desenhos ou impressos atentatórios da ordem ou segurança pública», a publicação de qualquer jornal fazia-se com autorização prévia, estando estes sujeitos à arbitragem dos governos civis (Tengarrinha, 1989, p.257).

Assim, fossem monárquicos ou republicanos, a todos se aplicava a chamada «Lei contra a Imprensa», inclusive aos jornais afetos a partidos, como o Regenerador e o Progressista, que aprovaram este penoso diploma.

Como se compreenderá, durante os três meses em que o príncipe navegou a bordo do paquete África, percorrendo os cantos do Império, em Portugal a *Ditadura* fazia as manchetes da maioria dos jornais. Os confrontos entre civis e polícia e as entrevistas dadas por João Franco a periódicos estrangeiros, como o *Heraldo de Madrid* e o *Corriere della Sera*, serviam para alimentar a imprensa, quer a da oposição quer a afeta ao regime. Os adiantamentos à Casa Real, a greve académica ou a censura da imprensa eram temas recorrentes nas páginas das folhas noticiosas.

Quanto à viagem, que merecia igualmente destaque nos jornais, as notícias variavam entre uma simples narração dos factos e colunas de opinião, saídas do punho dos redatores. No essencial, os diferentes periódicos noticiaram o acontecimento de forma relativamente idêntica, uma vez que a sua principal fonte era a mesma - os telegramas enviados pelo ministro Aires de Ornelas a João Franco, que descreviam as recepções, festas, inaugurações, embarques e desembarques. Contudo, as

suas posições face à visita real, inscritas em editoriais e artigos de opinião, eram bastante diversificadas. Os diferentes juízos da imprensa, relativamente à jornada de Luís Filipe, originaram um debate que acompanhou e extrapolou os três meses de viagem. Bastará percorrer as páginas de quatro jornais com diferentes posições, para que se compreenda as proporções que esta discussão tomou. Não se discutia apenas se o príncipe deveria ou não visitar as colónias. O ambiente de ditadura faria com que a contenda ganhasse fortes contornos políticos, espelhando a situação em que o país se encontrava e a força argumentativa dos jornais. Importa por isso debruçarmo-nos sobre uma amostra da imprensa da época e procurar compreender o debate então vivido.

Desta forma, foram analisados quatro periódicos conotados com diferentes quadrantes políticos e, como tal, representantes de opiniões distintas - o *Diário Ilustrado*, *O Dia*, o *Notícias de Lisboa* e *A Lucta*.

O *Diário Ilustrado*, afeto ao Governo e tendo por subtítulo o nome do partido *Regenerador-Liberal*, era dirigido, desde 12 de Dezembro de 1906, por Álvaro Pinheiro Chagas² (Lemos, 2006, p.297). O *Diário* representava a voz do executivo e servia como um escudo para a ditadura, justificando e defendendo as posições de João Franco.

Por outro lado, *O Dia*, ainda que monárquico, não deixava de ser um crítico acérrimo ao ministro. Nas mãos dos progressistas dissidentes desde 1905 tinha, no verão de 1907, José Augusto Moreira de Almeida³ como diretor (Lemos, 2006, p.215). O jornal caracterizava-se a si mesmo como estando «na esquerda do Partido Progressista, no posto onde todas as ideias modernas se conçoam com as instituições antigas» (Lemos, 2006, p.216).

Quanto ao *Notícias de Lisboa*, dirigido por Eduardo Schwalbach Lucci⁴ e de índole mais conservadora, representava os ideais do Partido Regenerador, a que era afeto. Procurando prestar «um serviço completo

2 Álvaro da Silva Pinheiro Chagas (1872 - 1935) Jornalista e deputado regenerador-liberal. In MÓNICA, Maria Filomena, **Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Assembleia da República, vol. I, 2004, pp. 779-780.

3 José Augusto Moreira de Almeida (1869 - 1925) Deputado inicialmente pelo Partido Progressista e depois de 1905 pela dissidência progressista. In MÓNICA, Maria Filomena, **Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Assembleia da República, vol. I, 2004, pp. 136-137

4 Eduardo Frederico Schwalbach Lucci (1860 - 1946) Escritor, dramaturgo e jornalista. Trabalhou desde cedo no mundo jornalístico. Deputado pelo Partido Regenerador desde 1905 a 1910. In MÓNICA, Maria Filomena, **Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Assembleia da República, vol. I, 2004, pp. 640-641

de informação na capital e nas províncias», o *Notícias* mantinha correspondentes no Porto, Rio de Janeiro, Madrid, Paris e Londres. (Lemos, 2006, p.462).

Por último, o jornal republicano, *A Lucta*, «sob a direção de Brito Camacho⁵, com a colaboração de João Meneses, que ocupará lugar de grande destaque no jornalismo do seu tempo e exercerá profunda influência doutrinária nas classes conservadoras» (Tengarrinha, 1989, p.239). Deve-se salientar que o jornalismo feito pelo partido Republicano gozava de uma característica que o afastava dos demais grupos políticos. Ao contrário dos monárquicos, os republicanos possuíam uma ideologia que procuravam propagar ao país e que era usada expressamente na sua imprensa - oferecendo sempre uma mudança para um Portugal melhor. Para além disso, algo que conferia um vasto número de leitores aos periódicos republicanos era o seu vincado sensacionalismo (Ramos, 1994, p.50). É por isso importante não esquecer que, apesar da elevada taxa de analfabetismo existente em Portugal, desde meados do século XIX que a imprensa ocupava um lugar de singular destaque junto das várias classes sociais. Os jornais, lidos em privado ou em público, eram parte indispensável no quotidiano do país, e foi através das suas folhas que os portugueses seguiram o périplo do príncipe.

Rumo ao Império: A partida do príncipe e a crítica na Imprensa

Apesar dos ânimos vividos em Portugal, o evento foi organizado de forma célere, com todos os preparativos a ter lugar durante o mês de junho. Como se viu, no primeiro dia do seguinte mês o primogénito de D. Carlos embarcava rumo ao império.

O dia da partida, merecedor de destaque em toda a imprensa e, em particular, nos dois periódicos de maior tiragem, foi registado com grande abundância de detalhes na descrição do embarque no paquete *África*. No dia 30 de Junho, *O Século*, em letras *garrafais*, anunciava «A Viagem do Príncipe Real» antevendo a sua importância e a forma como decorreria. Dividindo a página com a notícia, era publicitado o habitual concurso, que prometia vários prémios, entre os quais «Um Chalet!!! Um iate!!! Dois automóveis!!! Uma excursão à Madeira!!!» para os leitores que reunissem o número necessário de cupões⁶.

5 Manuel Brito Camacho (1862 - 1934) Oficial médico do Exército e Jornalista. Em Abril de 1908 é pela primeira vez eleito deputado, pelo Partido Republicano. In MÓNICA, Maria Filomena, **Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Assembleia da República, vol. I, 2004, pp. 535-536

6 *O Século*, 30.06.1907

O *Diário de Notícias*, tecendo igualmente considerações em torno da relevância da viagem para a formação do herdeiro da coroa, destacava a visita às colónias britânicas, «para que Sua Alteza atente na diferença entre umas e outras e dessa comparação edificante possa tirar elucidação profícua»⁷. Por a tecnologia da época os impossibilitar de imprimir fotografias nas suas páginas, quer *O Século* quer o *Diário de Notícias* recorriam frequentemente aos *croquis*, ou seja, desenhos feitos com base em fotografias (Trindade, 2007, p.25). Seriam, assim, os *croquis* do pacote África e de retratos de D. Luís Filipe que iriam ilustrar as primeiras páginas de ambos os diários.

As colunas dos jornais e revistas foram pródigas em descrições da despedida no cais do Arsenal, descrevendo pormenorizadamente as *toilettes* dos monarcas, os aposentos que o jovem príncipe ocupava no vapor, as figuras da alta sociedade presentes e o tempo que fazia. Por outro lado, a mesma imprensa que relatava abundantemente aquela manhã de julho não se coibia de tecer comentários menos superficiais, com *O Dia* a assumir um papel de destaque ao aproveitar a ausência de representantes dos partidos políticos para criticar Franco e o rei pelo «divórcio entre a Coroa e a Nação, em que o franquismo trabalhou com tanto entusiasmo que logrou ter hoje... a vitória!», acrescentando que, com a visita oficial às colónias

ficou assinalado o nenhum valor que têm as opiniões dos partidos e as manifestações da vontade nacional que a imprensa se encarregará de transmitir aos altos poderes do Estado. (...) O Rei e a Rainha que lhe agradeçam [a João Franco] a amargura que hoje tiveram, porque os não supomos indiferentes à significação do facto que presenciaram, e que em suas mãos entreguem o resto que ainda por aí estiver de pé entre os escombros do edifício monárquico, que o ditador vai loucamente desmoronando!⁸.

De resto, a falta de comparência de alguns monárquicos não passaria despercebida, merecendo comentários trocistas dos republicanos da *Lucta*. «Anteontem, à partida do príncipe real para o seu pic-nic em África, faltaram para lhe fazer as despedidas e de-

7 «A Viagem do Príncipe Real», *Diário de Notícias*, 01.07.1907

8 «A ausência de hoje», *O Dia*, 01.07.1907

sejar-lhe a boa viagem do estilo, quase todos os altos representantes dos partidos monárquicos de oposição».⁹ Referia igualmente o jornal que a opção dos monárquicos, que não haviam comparecido no Arsenal, não visava nem o ministério nem o monarca e as «suas bazófias» em particular, pretendendo antes demonstrar o seu profundo descontentamento face à crise em que a nação se encontrava mergulhada. A *Lucta*, para quem as únicas saídas eram «o morrer o país com a monarquia, ou deixá-la morrer, libertando-se ele» depositava as suas esperanças no partido Republicano. A ele caberia a salvação e a reconstrução de Portugal¹⁰.

Por seu turno, com um discurso mais contido, o *Notícias de Lisboa* resumia em poucas palavras o sentimento de grande parte dos monárquicos da oposição. «Achámos importante a viagem, atentas as circunstâncias calamitosas em que o país se encontra. Entendíamos que, sem prejudicar os nobres intuitos com que o Príncipe Real resolveu a sua viagem, ela devia, não ser posta de parte, mas adiada para quando melhores dias corresse para a pátria portuguesa»¹¹.

A visita às colónias e o debate em Portugal: as visões da Imprensa perante a viagem

O desembarque no porto da cidade de São Tomé seria um momento de festa que deixaria toda a comitiva estupefacta. «Não se imagina e dificilmente se descreve o que foi a receção em São Tomé. Desde que o Príncipe pôs o pé em terra até que o África largou o ferro, parece que se pode dizer que se viveu em triunfo» (Ornelas, 1928, p.26). Na manhã da chegada acorreram ao cais os habitantes e as autoridades da ilha para saudarem o príncipe real, recebido pelo Governador Pedro Berquó. Entre as girândolas, foguetes, bandeiras, vivas e aclamações tocou-se o hino nacional que antecedeu o *Tè Deum*, proferido na Sé da ilha, seguindo-se a receção oficial na Câmara Municipal e mais tarde no Palácio do Governador¹².

A visita à ilha era, sem dúvida, um dos pontos fundamentais da viagem. Com a colónia, centro das intrigas da política internacional, a ser acusada de recorrer à escravatura na produção do cacau, impunha-se mostrar ao mundo que tudo não passava de uma fantasia sem fundamento. Esta preocupação era bem visível no roteiro seguido pelo príncipe em S. Tomé, marcado essencialmente pela visita a três roças: a do Rio do Ouro,

9 «A fé monárquica», *A Lucta*, 03.07.1907

10 *Ibidem*

11 «Príncipe Real», *Notícias de Lisboa*, 01.07.1907

12 «Viagem de S.A. o Príncipe D. Luís Filipe às colónias», *O Ocidente*, 30.08.1907

com 30 kms de extensão, pertencente ao conde de Vale-Flor; a da Boa-Entrada, de Henrique de Mendonça e, por fim, a roça de Água-Izé, propriedade da Companhia da ilha do Príncipe.

Para D. Luís Filipe a «as festas em S. Tomé foram lindíssimas e gostei muitíssimo da visita às Roças»¹³. Revelando, ainda o seu sentido de humor, o herdeiro do trono confidenciava ao irmão Manuel: «Acer-tei hoje com 2 balas numa baleia que pareceu não gostar da brincadeira. O tempo tem estado lindo, mas agora sente-se terrivelmente o cacimbo, ontem à noite estava tudo encharcado»¹⁴.

Segundo o marquês de Lavradio, que acompanhava o príncipe na viagem, Henrique de Mendonça, «foi o primeiro roceiro de S. Tomé que pensou em realizar uma obra social para os pretos. (...) Lembro-me de que se notava que os pretos da sua roça pareciam mais alegres do que os de todas as outras» (Lavradio, 1947, p.66). Ainda assim, as roças visitadas foram, sem exceção, consideradas magníficas pela imprensa da época. Servidas por hospitais e creches para os trabalhadores, que tinham também direito a habitações de tijolo cobertas com telhas, em vez das antigas sanzalas, os jornais não duvidavam que os serviços eram bem tratados e viviam felizes¹⁵. A revista *Occidente*, que seguiu de perto a viagem do herdeiro do trono português, noticiava que «ali se emprega pretos que vem do interior da província de Angola, meios selvagens, mas que em pouco tempo se civilizam tal ou qual, criando amor ao trabalho e formando família»¹⁶.

A visita a São Tomé e Príncipe demonstrava assim que a participação de Luís Filipe naquele projeto se destinava em grande parte a mostrar ao mundo, com grande dose de produção e encenação, que as colónias portuguesas estavam modernizadas e sem qualquer sinal de trabalho escravo. Naquele princípio de século, a lógica de então não divergia da actual - aonde vai um príncipe vai a imprensa¹⁷. Escolhendo criteriosamente o roteiro a percorrer e as roças a visitar, a imagem transmitida pelas províncias ultramarinas portuguesas era a de

13 Carta de D. Luís Filipe a D. Manuel II, A.N.T.T. - Cartório da Casa Real, Caixa - 7403. C.R. 12

14 *Ibidem*.

15 Veja-se o artigo «No país do cacau» da revista *Ilustração Portuguesa* de 22 de Julho de 1907

16 «Viagem de S.A. o Príncipe D. Luís Filipe às colónias», *O Ocidente*, 30.08.1907

17 José Miguel Sardica chama a atenção para a mediatização das figuras de Estado e da política no reinado de D. Carlos, fruto do «voyeurismo da imprensa e [d]a divulgação da fotografia». SARDICA, José Miguel, O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional. In *Análise Social*, vol. XLVII (2.^a), 2012, p. 345.

progresso e civilidade exemplares. Naturalmente haviam sido escolhidas as roças modelares, onde não havia a apontar uma única reclamação.

A 15 de julho, o África zarpava para Angola, depois de quatro dias de festa em São Tomé. Com a chegada de Luís Filipe a Angola, os jornais em análise voltariam a dar conta da sua jornada. Até esse momento como, de resto, durante toda a viagem, as notícias que chegavam à metrópole consistiam na publicação dos telegramas enviados por Aires de Ornelas a João Franco. Publicados com fiel regularidade, sobretudo pelo *Diário Ilustrado*, afeto ao Executivo, forneciam aos leitores um relato quase diário dos passos do príncipe. Todos os jornais faziam, igualmente, uso desses telegramas, para noticiarem o percurso de Sua Alteza Real. Porém, com muito menor regularidade que o *Diário*. Os restantes periódicos, em particular *O Dia* e *A Lucta*, transcreviam, por vezes, notícias de alguns jornais das colónias. Estes editoriais, no entanto, não serviam para descrever a viagem, eram, ao invés disso, artigos de opinião, opondo-se geralmente à visita oficial. O que nos permite conhecer algumas opiniões dessa imprensa política tão distante de Lisboa.

A Defesa de Angola, num editorial reproduzido pelo *Dia*, comentava a embarcação utilizada pelo príncipe. Indignada, *A Defesa* argumentava que, como representante supremo da nação, o príncipe deveria ter feito a sua visita no iate «nacional» *Amélia* ou num cruzador da marinha portuguesa, tal como havia feito o príncipe de Gales aquando da sua visita à Índia, e não como um simples funcionário a bordo de um navio comercial. A importante visita à colónia britânica do Cabo era igualmente vista como algo embaraçoso: «levar-lo a essa colónia num paquete mercante, é incorreto, é deprimente para o nosso nome, é indigno mesmo»¹⁸.

Mas também em Angola as opiniões divergiam na imprensa. A título de exemplo apresentamos o periódico *O Angolense*, fundado naquele mesmo ano de 1907, em Luanda. Este dava as boas vindas a D. Luís Filipe, num curioso e singular artigo que se dirigia diretamente a Sua Alteza. «Luanda capital da província regista com a maior solenidade, a visita de Vossa Alteza, facto memorável que há-de ser gravado com letras de ouro nos anais da história de Angola»¹⁹. Segundo Brito Aranha, na segunda metade do século XIX, esta era a colónia portuguesa com maior número de jornais (Aranha, 1885, s.p.), fundamentais para a formação e difusão cultural da sociedade angolana.

18 «A viagem do príncipe real», *O Dia*, 09.07.1907

19 «Alteza», *O Angolense*, 16.09.1907

Em Lisboa, os republicanos aproveitando para atacar o regime faziam no seu diário uma transcrição da moção da Associação Comercial de Luanda, decidida a não participar nas cerimónias de receção ao príncipe.

Consideramos que da visita de Sua Alteza à província não importa benefício para ela, porquanto tal benefício não depende de leis, que resultam da vontade da coroa, mas de deliberações parlamentares. Consideramos que a visita de S. Ex.^o o Ministro, pela rapidez com que é feita, em nada influi para o seu melhor conhecimento das necessidades provinciais e consequentemente dos remédios precisos para atenuar a situação crítica desta colónia²⁰.

A Lucta concluía afirmando que «a popularidade da família reinante – está-se a ver – já passou da metrópole para a África»²¹. Este comentário, de contornos propagandísticos, permite novamente salientar a diferença discursiva entre o jornal republicano e os demais periódicos monárquicos, cujo discurso não estava necessariamente ligado a uma ideologia política mas sim à sua posição perante a ditadura de Franco. Exemplo disso é mais uma vez o jornal do Partido Regenerador que se encontrava na oposição. Desta feita, o pouco tempo de permanência de Luís Filipe e Aires de Ornelas em cada uma das colónias visitadas mereceria reparos do *Notícias de Lisboa*. O periódico entendia que «a culpa é do Governo, que planeou uma viagem às colónias, que tão útil podia ser, se limita quase ao Príncipe Real receber os cumprimentos dos governadores.»²²

Aquando da entrada de D. Luís Filipe na capital moçambicana, anunciava *A Lucta* ironicamente que «lá chegou a Lourenço Marques, e foi recebido com o maior regozijo e entusiasmo. Houve tal que, sendo preto como um carvão, de repente, na presença de Sua Alteza, tornou-se branco como a cal»²³. Às oito horas da manhã de 29 de julho, três tiros eram disparados, assinalando o desembarque no porto dos passageiros do África (Vidal cit. in Ornelas, 1928, p.37). O cais logo se encheu com a gente de Lourenço Marques e de outros locais da colónia, alguma da assistência viera mesmo de

África do Sul, detendo-se ali para saudar o filho do rei de Portugal (Lavrado, 1947, p.69). Cumprindo o que definia o protocolo, este foi recebido pelo Governador da província, o major de engenharia Alfredo Freire de Andrade.

Impressionado pela cidade o príncipe confienciaria a Aires de Ornelas que Lourenço Marques era «mais civilizado do que Lisboa» (Ornelas, 1928, p. 44). Entre inaugurações, visitas e jantares, Luís Filipe escreveu ao seu irmão, futuro rei D. Manuel II, desculpando-se: «Se não tenho escrito mais é por que não tenho tempo nenhum assim antes de ontem deitei-me eram 4 e levantei-me ontem às 6». Sua Alteza relatava ainda a dimensão do acolhimento em Lourenço Marques, que fora «das coisas mais lindas que se podem, não digo ver mas sonhar. 20000 pretos com as suas armas estavam postados dos dois lados das ruas por onde passei gritando Bahete InKosso isto é: Salve Senhor»²⁴.

O *Diário Ilustrado*, jornal do Governo, aproveitaria a ocasião para publicar um editorial elogioso na sua primeira coluna, a propósito do êxito que vinha sendo a colonização portuguesa sob a égide da monarquia e do sucesso da viagem do Príncipe Real, que os festejos em sua homenagem tão bem espelhavam. «O solene brilhantismo dessas festas lisonjeia a um tempo o nosso orgulho de portugueses e o nosso sentimento de monárquicos» estas espelhava as nossas aptidões como colonizadores prestigiados e os «progressos que o trabalho nacional, tenaz e prudentemente encaminhado, têm sabido realizar nestas terras longínquas...», escrevia então o *Diário*.

No editorial, destacava-se ainda a exibição dos guerreiros indígenas que, em Lourenço Marques, receberam a comitiva régia. Para o *Diário Ilustrado* esta demonstração servia como prova da superioridade nacional e da orgulhosa subjugação pacífica dos africanos aos portugueses.

Cremos poder afirmar, sem quebra das considerações devidas, que nenhuma outra nação colonial se abalançaria a reunir numa cidade alguns milhares de guerreiros indígenas em armas, sem a vigilância da mais diminuta força europeia, e apenas obedecendo às ordens dos chefes das circunscrições respetivas. É um facto que honra a nossa administração colonial, o nosso tato civili-

20 «A visita a África», *A Lucta*, 15.07.1907

21 *Ibidem*

22 «A viagem do Príncipe Real», *Notícias de Lisboa*, 23.07.1907

23 «Viagem Real», *A Lucta*, 31.07.1907

24 Carta de D. Luís Filipe a D. Manuel II, A.N.T.T. – Cartório da Casa Real, Caixa - 7403. C.R. 3

zador, e que tem causado a justificada surpresa e admiração dos estrangeiros²⁵.

O único jornal na oposição a referir-se a este acontecimento seria o periódico republicano, com o único fim de o criticar sarcasticamente.

Como se sabe há onze meses que não se paga às tropas que se encontram no distrito da Huilla [no sul de Angola]. Em compensação na cidade de Lourenço Marques, para divertimento do Príncipe Real, houve uma parada de vinte mil guerreiros pretos, contratados, segundo os cálculos dos entendidos, a 5\$000 réis por cabeça. Importou, pois o pagode em cem contos de réis. É barato. Tanto mais que os pretos podem ser aproveitados para assinarem uma mensagem de adesão ao governo.²⁶

O sensacionalismo nos periódicos republicanos, anteriormente mencionado, era novamente utilizado. Note-se a expressão «para divertimento do Príncipe Real»; Esta abordagem produzia, certamente, um efeito mais imediato junto dos leitores d'*A Lucta*, aguçando o ímpeto republicano na opinião pública e aumentando o descrédito da monarquia, não deixando este jornal, claro está, de criticar, também, o Executivo.

Mas a visita a Moçambique não mereceria mais comentários por parte da imprensa portuguesa. Seguiu-se, no roteiro do visitante régio, a África do Sul, onde os contornos da visita assumiam uma importância diferente. Aqui, era a vida diplomática entre Portugal e a Grã-Bretanha que estava em jogo. A presença do herdeiro da coroa portuguesa em território inglês ilustrava a tentativa de reconciliação entre as duas potências coloniais que estavam desavindas desde 1890 com o ultimato inglês feito a Portugal, mas que desde a subida ao trono de Eduardo VII de Inglaterra tinham caminhado no sentido da reconciliação. De Lourenço Marques a viagem fez-se de comboio até Pretória, no Transvaal, onde era esperado por Lord Selborne, o Alto-Comissário da África do Sul. Na memória, África do Sul seria lembrada como uma visita que fora «a todos os respeitos um êxito formidável», tal como escreveu Aires de Ornelas a sua mulher na véspera da partida daquela colônia (Ornelas,

1928, p.51). É por isso notório a carência de notícias de tal visita na imprensa portuguesa.

Às nove horas da manhã,6 do dia em que a comitiva deixava a colônia britânica, o ministro telegrafava ao Presidente do Conselho de Ministros, dando conta do sucesso que tivera a presença do príncipe em África do Sul. Acrescentava ainda que «a imprensa colonial é unânime em reconhecer a alta importância da visita de Sua Alteza para estreitamento das relações coloniais portuguesas» (Ornelas, 1928, p.88). Às quatro da tarde o África deixava para trás a Cidade do Cabo, rumando novamente para Angola.

Na chegada a Moçâmedes²⁷, ao abandonarem o paquete os tripulantes receberam uma importante notícia para o império. O capitão Roçadas que dirigia as tropas portuguesas conseguira mais uma vitória para a pacificação de Angola. Dando cumprimento ao acordado na Conferência de Berlim, que apenas reconhecia a pertença de um território se este estivesse ocupado militarmente, Portugal investiu na conquista do Cuamato, região do sul de Angola, que apesar de várias tentativas, apenas naquele ano de 1907, com tropas indígenas e metropolitanas comandadas por Alves Roçadas, se conseguiria a total anexação e pacificação do território (Serrão, 1988, p.251). De Moçâmedes, sempre recebido com os já habituais festejos, o príncipe subiu a costa angolana, conhecendo cidades como Benguela e Lobito, chegando novamente à capital daquela província.

As festividades em tempo de guerra receberiam forte crítica do jornal *O Dia* que em Lisboa apregoava: «Em Angola dança-se e morre-se!». Este diário comentava, acerca da despedida de D. Luís Filipe em Angola que enquanto ocorria o baile de gala se morria nos confrontos do Cuamato a apenas alguns quilómetros de distância.

Não é ao Príncipe Real que atribuímos as culpas principais deste desacato imperdoável: é ao ministro responsável que o acompanha, ao ministro da marinha, chefe de uma corporação que tem alguns dos seus em combate, e que deveria ter sido o primeiro a impedir, como inoportunistíssimas e inconvenientíssimas quaisquer manifestações festivas, nesta hora de angústias e de incertezas, na mesma província onde um oficial e muitos

25 «A Viagem do Príncipe», *Diário Ilustrado*, 01.08.1907

26 «Pretos e Brancos», *A Lucta*, 01.08.1907

27 Atual cidade de Namibe, no sul de Angola.

soldados portugueses deixaram há poucos dias a vida e onde porventura a essa mesma hora talvez se ferisse algum novo e sangrento recontro com os cuamatás!²⁸.

Importa notar que segundo o jornal, o responsável era o ministro ao serviço da ditadura, revelando-se, novamente, o cuidado de não atingir a Casa Real, mas antes o executivo de João Franco e os membros do seu Governo. Aires de Ornelas era, assim, caracterizado por este jornal monárquico como não tendo respeito pelos seus compatriotas e companheiros de armas. Mais uma vez o discurso nas páginas impressas servia os intentos do Partido no ataque aos seus opositores.

De Luanda partiu a comitiva para Cabo Verde onde, a 21 de Setembro, nova recepção a esperava, iniciada pelo costureiro *Te Deum* na Sé e seguida das já tradicionais inaugurações feitas pelo herdeiro do trono. No dia seguinte o África levantou a âncora, desta vez rumo a Portugal, pondo fim a três meses de viagem.

Considerações finais

Episódios aparentemente marginais, que à partida poderiam não ter um impacto político significativo, como a viagem de D. Luís Filipe, ilustram bem a forma como os periódicos funcionavam e se reagiam perante situações distintas. A redação, com um objetivo a cumprir – servir os interesses do seu partido – trabalhava para fomentar a sua opinião, de modo a que esta se tornasse na opinião dos cidadãos.

O senso comum ditava algumas regras à elaboração e organização da folha impressa. A primeira página era em geral preenchida não apenas com as notícias de maior destaque mas também com os editoriais. Estes ocupavam, não raras vezes, a primeira coluna do jornal, à esquerda. Local privilegiado, uma vez que é para onde o leitor dirige, usualmente, a sua atenção. A escolha do título também não era feita ao acaso pois esta influenciava mais uma vez as opções de leitura. Estes pormenores não devem ser alheios a quem faz uma análise da imprensa política. O tom conferido às notícias, bem como a escolha das palavras, permitem-nos tirar algumas conclusões face às posições tomadas pelos partidos políticos através dos seus periódicos. Ao analisar os editoriais, artigos e notícias em torno da viagem do príncipe, torna-se óbvio, nuns casos mais flagrante do que noutros, quais as opiniões que as principais forças

políticas da época tinham em relação à visita a África por parte do herdeiro do trono²⁹.

Por exemplo, é interessante notar que todos estes jornais pertenciam a partidos que defendiam o império e o colonialismo, mas tanto *A Lucta* (republicano) como *O Dia* (progressista dissidente) e o *Notícias de Lisboa* (regenerador) criticam a visita oficial de Luís Filipe às colónias. Aqui, porém, ressalta a diferença discursiva entre ambos. Como observamos, o periódico republicano não se coíbe de atacar as instituições monárquicas. O Governo é apupado e o príncipe ridicularizado, usualmente num tom irónico e agressivo, ao qual se alia igualmente um discurso marcadamente propagandístico onde os ideais republicanos são defendidos e apresentados como a alternativa óbvia ao regime em decadência. Quanto às colónias *A Lucta* argumenta que a efêmera passagem do Ministro do Ultramar, não traria a atenção necessária para resolver os seus problemas prementes, tornando-se a viagem inútil.

Neste ponto *O Dia*, o *Notícias de Lisboa* e o jornal do Governo, o *Diário Ilustrado*, estavam de acordo entre si. A viagem era útil. Mais, a visita às colónias era tida como necessária, quer do ponto de vista da educação de Luís Filipe, que assim conhecia os cantos do império que iria herdar, quer do ponto de vista do desenvolvimento das colónias que eram recordadas pelos portugueses através daquele ato oficial. Contudo termina aqui a concordância entre os três jornais monárquicos, dando início à batalha entre o Governo e a oposição. Por vezes próxima do tipo de discurso republicano, a esquerda monárquica, representada pelo *Dia*, afirmava “humildemente” ser a intérprete das convicções do povo e sob essa autoridade pedia ao príncipe que não viajasse. As críticas deste jornal da oposição centravam-se na ditadura que, ludibriando Luís Filipe arrastava-o para longe do país num momento em que tal não fazia sentido. O *Notícias de Lisboa*, também na oposição, concordava com os progressistas dissidentes, ainda que esgrimisse as palavras com mais sobriedade, ao contrá-

²⁹ Não esqueçamos neste ponto o importante papel dos jornais enquanto atores políticos, visto anteriormente. Era este «quinto poder» que muitas vezes fazia a agenda política nacional, ditava os temas a debater pelos portugueses e dava-lhes a conhecer o que se passava nos corredores do poder (fosse no Parlamento, Corte ou Governo), definindo, basicamente, aquilo que era ou não importante para o público. Deve-se ter igualmente em conta que as redações eram verdadeiros centros partidários onde se construíam ou destruíam carreiras políticas. Veja-se: RAMOS, Rui A Segunda Fundação (1890-1926). In MATTOSO, J., *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. VI, 1994, p. 53; SILVA, Susana Serpa, Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais. In VAQUINHAS, I. (coord.) *História da Vida Privada em Portugal – A Época Contemporânea*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 414.

28 «Em Angola dança-se e morre-se!», *O Dia*, 13.09.1907

rio da espontaneidade do *Dia*. O jovem Bragança era elogiado e vitimizado uma vez que a sua partida para o continente negro era interpretada como um «tropeço arredado» pelo Executivo. Desta forma a oposição apresentava um fundamento que em muito lhe convinha. Se de facto o périplo de Luís Filipe fosse uma desculpa para afastá-lo, pois constituía um embaraço para o ministério de João Franco, isso significava que o futuro rei estava contra a ditadura e, por conseguinte, do lado da oposição monárquica. Todavia nenhum documento comprova esta teoria. Seria apenas mais uma ofensiva contra o Presidente do Conselho e seus apoiantes?

No que toca à imprensa do Governo tudo leva a crer que tais argumentos seriam simplesmente ataques infundados. O *Diário Ilustrado* procurou mostrar que a relação entre o poder ministerial e o príncipe não possuía qualquer crispação. Este periódico tentou aliás tirar o máximo proveito da viagem de Sua Alteza. Aqui servia a mesma lógica, mas desta vez era o ministério a demonstrar que o príncipe estava do lado de João Franco ao empreender uma viagem juntamente com o seu Ministro da Marinha e Ultramar, encarregue da educação da pessoa régia. Nas folhas deste jornal o discurso em torno do príncipe e das colónias é marcadamente encoimiástico. As possessões lusas eram descritas como civilizadas e ordeiras, símbolo de um colonialismo prestigiante e uma administração responsável. Nos editoriais deste periódico é usual denotar-se uma certa propaganda ao Executivo franquista que orgulhosamente relatava o sucesso da viagem, fruto da sua iniciativa.

Independentemente de Luís Filipe ser contra ou a favor das políticas de João Franco, a sua ida a África surgia num momento oportuno. Esta serviria para desviar as atenções dos críticos da ditadura. O *Diário Ilustrado*, como tal, desempenhava briosamente o serviço de noticiador regular dos passos do príncipe real. Quase diariamente a sua primeira página oferecia aos leitores um relato das recepções, galas e inaugurações feitas além-mar pelo filho de D. Carlos. Conta-se assim cerca de 70 notícias em torno da visita, sendo a sua esmagadora maioria na primeira página. Segue-se-lhe o *Notícias de Lisboa* que ficou pela metade do número anterior, com 35 artigos. O *Dia* contabiliza 28 e *A Lucta* faria apenas 18 notícias ou editoriais, alguns destes, quando se tratavam apenas de relatos, eram impressos na segunda página, o que também aconteceu com o jornal regenerador. Ainda assim os quatro periódicos optaram por, na generalidade, colocar as notícias referentes ao príncipe em primeira página, fator relevante para compreender a importância do que se noticiava.

Apesar das inúmeras divergências todos estes jornais tinham em comum o destaque dado ao périplo de Luís Filipe. O título, «A viagem do Príncipe Real», era extraordinariamente recorrente nos periódicos analisados, o que nos leva a crer que este bastaria para chamar a atenção dos leitores, ainda que de diferentes quadrantes políticos.

A posição da imprensa monárquica face não só ao Governo de Franco mas, principalmente à Coroa e aos membros da Família Real é também curiosa. Ainda que haja uma necessidade de vitimizar Luís Filipe, tendo em conta que a oposição o julgava «degredado»³⁰ para África por mão da ditadura, e uma tentativa de poupá-lo de ataques fortes, a viagem do príncipe não deixa nunca de ser um escape para a mágoa monárquica que via o regime em franca decadência, e o futuro soberano ser “arrastado” para longe do país, iniciativa esta de uma ditadura – de um partido dissidente minoritário – que desagradava uma extensa parte dos monárquicos.

É de realçar que política interna absorveu e moldou de tal forma o debate em torno da visita a África que os jornais em Lisboa pouca ou nenhuma atenção concederam ao estreitamento das relações luso-britânicas, patente na cooperação entre a colónia de Moçambique e a África do Sul, ao contrário do que acontecia com a imprensa sul-africana que reconhecia a importância da viagem para tal efeito³¹.

Por fim, deveremos ter em atenção o facto de que o motivo que deu origem à viagem é completamente apagado e esquecido nos jornais estudados. A questão da escravatura em São Tomé e Príncipe não merece ao longo dos três meses da viagem uma única palavra, tomando Luís Filipe e a «dictadura» todo o protagonismo. A viagem que nasceu por uma questão essencialmente diplomática acabou por se ver transformada em mais uma arma de contestação a João Franco e à Coroa.

Apenas a 23 de Outubro, quase um mês após a chegada de Luís Filipe a Lisboa, é mencionada a mão-de-obra forçada em São Tomé, no *Diário Ilustrado*. Esta notícia insere-se numa série de textos, de regularidade incerta, intitulados «Viagem do Príncipe Real». Aqui pretendia-se fazer uma reflexão em torno do estado das colónias, mais precisamente sobre o arquipélago santomense. A questão, que tão esquecida fora, surgia naque-

30 Segundo Leitão de Barros, em conversa com D. Amélia acerca desta viagem, a rainha terá exclamado, «na Câmara dos Deputados e até na dos Pares, chegou-se a dizer que o Príncipe ia degredado!». In, p. BARROS, Leitão de, *Duas visitas a Versalhes 1938-1951*. Lisboa: Neogravura, 1951, p. 29.

31 Como assegura Aires de Ornelas num telegrama enviado a João Franco a 31.08.1907, da Cidade do Cabo.

le jornal como «a mais importante da nossa ilha de S. Tomé. Todos os problemas são subsidiários desta momentosa questão»³² Mas o periódico regenerador-liberal explicava a necessidade dos trabalhos forçados:

O bispo do Alto-Congo, M. Angouard, tendo vivido perto de trinta anos na África Central, escreveu estas palavras ditadas por uma longa experiência: 'Não tenhamos ilusões. O preto, abandonado a si mesmo, ficará preguiçoso e ignorante, como tem vivido durante séculos. Em quase toda a África o trabalho, principalmente o trabalho da terra, é uma desonra e este cuidado é reservado às mulheres e escravos'³³.

Ainda no mesmo texto o *Diário Ilustrado* afiançava que:

Todos os que têm uma experiência das coisas de África sabem bem que o início do preto no regime de trabalho só vem pelo incitamento e obrigação que é preciso radicar no seu espírito. Convencido disto, estabelecida a regularidade do seu esforço muscular, provocadas as necessidades por um melhor meio em que viva, a situação há de necessariamente melhorar e assim é com efeito³⁴.

Isto resume o pensamento da época, onde o darwinismo social predominava em parte como forma de justificação e manutenção dos impérios coloniais. Apesar das associações anti esclavagistas e da pressão internacional a questão da mão-de-obra escrava não seria solucionada, perdurando ainda sob o regime republicano.

Algo, contudo, parece ser certo, a originalidade da viagem – por ser a primeira vez que o império recebia uma visita oficial de um membro da família real – bem como o destaque dado pela imprensa e a discussão que circundou o périplo do príncipe foram as principais razões para que esta não passasse despercebida perante os portugueses. Como foi referido, apesar da elevada taxa de analfabetismo, havia um consumo invulgar de jornais em Portugal e os grandes periódicos e revistas

do país noticiaram com elevado destaque a viagem do príncipe.

Luís Filipe, príncipe herdeiro do trono de Portugal viria a morrer no Terreiro do Paço, meses depois da sua viagem a África, baleado, juntamente com o seu pai, por membros da Carbonária.

No futuro o exemplo deixado pela sua visita oficial, não fora esquecido. Ainda que a I República não o fizesse, já em Estado Novo os Presidentes Óscar Carmona e Américo Tomás seguiram os passos do príncipe, visitando África numa exibição de unidade nacional. Em 1970 Américo Tomás pisaria pela última vez solo africano realizando mais uma de muitas viagens que já havia feito às possessões portuguesas. A Revolução dos Cravos fez com que esta fosse a última visita de um chefe de Estado português às suas colónias.

Referências

ALEXANDRE, Valentim, *O Império Africano: Séculos XIX e XX*. Lisboa: Colibri, 2000.

ARANHA, Brito, *Subsídios para a História do Jornalismo nas Províncias Ultramarinas Portuguesas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

BARROS, Leitão de, *Duas visitas a Versalhes 1938-1951*. Lisboa: Neogravura, 1951.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional 1807-1910*. Alfragide: Texto Editores, 2010.

FRANCO, João, *Cartas de El-Rei D. Carlos a João Franco Castelo-Branco*. Lisboa: Bertrand, 2006.

LAVRADIO, marquês de, *Memórias do sexto marquês de Lavradio*. Lisboa: Ática, 1947.

LEMOS, Mário Matos, *Jornais Diários Portugueses do Século XX, um Dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora, 2006.

MARQUES, A. H. de Oliveira Marques, *Nova História da Expansão Portuguesa - O Império Africano 1890-1930*. Lisboa: Editorial Estampa, vol. XI, 2001.

MÓNICA, Maria Filomena, *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Assembleia da República, vol. I, 2004.

ORNELAS, Aires de, *Cartas de África - Viagem do Príncipe Real*. Lisboa: s/e, 1928.

32 «A Viagem do Príncipe Real VI», *Diário Ilustrado*, 23.10.1907

33 *Ibidem*

34 *Ibidem*

RAMOS, Rui, A Segunda Fundação (1890-1926). In MATTOSO, J., *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. VI, 1994.

_____, Rui, *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

SARDICA, José Miguel, O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional. In *Análise Social*, vol. XLVII (2.^a), 2012, pp.344-368.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal - A Queda da Monarquia (1890-1910)*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. X, 1988.

SILVA, Susana Serpa, Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais. In VAQUINHAS, I. (coord.) *História da Vida Privada em Portugal - A Época Contemporânea*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, pp. 382-427.

TENGARRINHA, José Manuel. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Portugália, 1989.

TRINDADE, Luís, *Primeiras Páginas O Século XX nos Jornais Portugueses*. Lisboa: Tinta-da-china, 2007.

Recebido em: 15/09/2015

Aprovado em: 27/10/2015